

533

REVISTA DOS **CENTENÁRIOS**



N.º 4 — 30 de Abril de 1939 — ANO I



COMISSÃO NACIONAL DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA
PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

DEPÓSITO LEGAL
MAYO 1939

S U M Á R I O

PORTUGAL — ESPANHA — <i>Dr. Vieira de Almeida</i>	1
O CORTEJO DO MUNDO PORTUGUÊS — <i>Uma lição viva de História Pátria</i>	5
PORTUGAL E GUIMARÃIS — <i>Dr. Luiz de Pina</i>	11
LEGISLAÇÃO.	22
REVISTA DA IMPRENSA	22
NOTAS VÁRIAS	25
GRAVURAS FORA DO TEXTO:	
<i>EL-REI D. JOÃO IV</i>	

COMPOSTO E IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA, LIMITADA / RUA DA OLIVEIRA, AO CARMO, 8 / LISBOA



CONDIÇÕES DE ASSINATURA
(P A G A M E N T O A D I A N T A D O)

	1 ano	2 anos
Continente e Ilhas adjacentes	25\$00	50\$00
Portugal de Ultramar	30\$00	60\$00
Estrangeiro	35\$00	70\$00

Número avulso: 2\$50

PORTUGAL—ESPANHA

Pouco tempo decorrido sôbre a proclamação da república em Espanha, encontrei-me, na encantada região dos Pirenéus com um francês culto, que habitava em Barcelona, falava com suficiente correnteza um castelhano apreciável e mostrava algum interêsse pela política peninsular. Preguntou-me se a mudança de instituições em Espanha não viria tornar possível a união ibérica.

Pareceu-me que uma resposta longa e doutrinária destoaria, com certo ar pedante, do ambiente de alegria estival do café onde falavamos e da ingenuidade mesma da pergunta. Respondi sòmente: — Em Portugal não há agora parlamento; mas se houvesse, fôsse qual fôsse a composição da assemblea, e por mais profunda que se revelasse a divergência de elementos constitutivos, há um voto — e um só, talvez — que obteria unanimidade sem discussão nem exame, se alguém pudesse ter a audácia de submeter o problema a deliberação: o da separação integral das duas nações peninsulares.

Não que haja sombra de má vontade nossa contra a Espanha; pelo contrário; a amizade é fácil, espontânea e recíproca; mas é penhor e segurança única de nosso entendimento a impossibilidade de confusão. E nunca fomos tão desunidos como no infeliz parêntese em que politicamente nos uniram. Precedêmo-la, bem de longe, na unificação e na homogenização histórica, indiscutível em Portugal, pela sua evidência. Qualquer hipótese diferente nos aparece como absurda.

Poderia alegar-se que no plano da realidade, a união se verificou em 1580; e que no da concepção houve quem no século XIX defendesse, aparentemente, objectivo semelhante. Mas, quanto ao facto, a maneira como o resolvemos mostra o êrro cometido; e quanto a partidários portugueses da união, importa colocar em devidos termos a sua doutrina. Os homens que julgaram possível e útil essa transformação política nunca a supuseram união pura e simples; êste resultado pressupunha decomposição prévia da unidade espanhola; por essa idea, o alvo seria a federação de nacionalidades, entre as quais Portugal havia de figurar como elemento e importantíssimo elemento. A tese dos portugueses iberistas do século passado não deve ser portanto menos desagradável a espanhóis do que a portugueses de hoje. Corresponhia a afirmar a pluralidade real de nações peninsulares e a concluir pela vantagem da voluntária coesão de essas nações em uma confederação; plano semelhante ao alguma vez anunciado em nosso tempo de se constituirem uns «Estados Unidos da Europa». Contrariamente, a união espanhola trás como irredutível consequência a nítida separação portuguesa e a necessidade de afirmá-la, pela tradição e pelo sentimento actual, por lição do passado e por vontade do futuro.

Um português insuspeitíssimo — Garrett — no longo ensaio «Portugal na balança da Europa», onde pode lêr-se a afirmação de que «todos daremos o derradeiro sangue pela in-

dependência nacional», desde que se verifique a condição *sine qua non* de essa independência — a liberdade — afirma que se tal condição faltasse, restaria, embora com relutância, lançar mão do segundo membro da alternativa: a união com a Espanha. Declara que o assunto lhe repugna, e por isso não trata do modo e condições de essa união, que de passagem e hipoteticamente lembra que fôsse federativa. E', como se vê, um prelúdio da doutrina depois desenvolvida, e que, levada às últimas conseqüências, não pode deixar de ser repelida, igualmente por espanhóis e portugueses.

As promessas de Filipe I nas côrtes de Tomar de 1581, fôsse qual fôsse a intenção do rei, têm o importante significado de reconhecer a existência na Península de uma monarquia dual. Impediram circunstâncias diferentes — que seriam de longa enumeração — pudesse repetir-se em 1580 o que já fôra doutrina afirmada dois séculos antes: o direito dinástico deixa de ser válido, se trás em conseqüência perda ou enfraquecimento de autonomia nacional; isto é, o direito da sucessão dinástica assenta precisamente sôbre a segurança dada à continuidade histórica e à expressão da personalidade colectiva, de que é símbolo vivo.

Aliás essa forma de dualidade política peninsular não pôde manter-se, talvez, secundariamente, por acção dos homens, mas de certo pela fôrça mesma das relações entre os dois países, territorialmente desproporcionados; e por isso a evolução política devia levar à fusão lenta ou à opressão inevitável. A fusão era impossível, pois tôda a personalidade portuguesa se temperara e consolidara na acção anti-mourisca e na reacção anti-castelhana. Impossível apagar o duplo sulco do espírito português — o primeiro ainda palpitante na obra de expansão e o segundo reacendido por um facto que só podia revestir o aspecto de uma resposta ao rude encontro que precedera a dinastia de Aviz.

A documentação de abuso e violência praticados contra Portugal, a pouco tempo da união, só tem, como tal, interêsse episódico; evidentemente, mudança de época e pessoas poderia vir atenuar ou anular o conflito latente; o que mais importa e melhor se revela é a convicção nunca obliterada, por qualquer das duas nações, de que eram duas, e como amigas ou inimigas haveriam de tratar-se.

Tão firme e incontestada é tal idea, que atravessa todo o tempo da dominação, e serve de base, como indiscutível postulado não às revoltas e protestos, onde seria de esperar, mas a qualquer observação, pedido ou resposta à corôa de Castela. O desejo de libertação pode, uma ou outra vez, elevar o nível da exaltação; não cria essa idea nem a faz ressurgir porque ela é permanente e implícita em tôda argumentação portuguesa. No meado do século passado (1860) publicou o «Arquivo Pitoresco» o texto de duas representações, uma de 1628, outra de 1632, enviadas a Filipe III pela Casa dos Vinte e Quatro. A primeira é a resposta ao pedido à cidade de Lisboa de importante quantia para socorro da Índia; a segunda, a demonstração do exagêro de tributos pagos em Portugal, comparativamente com os de Castela.

A primeira, longa enumeração de despeza supérflua e administração ruïnosa, seria

abuso até resumí-la. Basta-nos ver alguns passos em que de maneira mais simples se argumenta, sem sublinhar, com a evidente individualidade de Portugal. Ali se declara que a fonte de todo o erro ulterior foi «devassar-se a Índia aos holandeses... pelo contrato feito entre o sr. rei D. Filipe II, que ocupava este reino por força, e eles, *sem se dar conta a este reino, tribunais e povo dêle*»... Alegam os Vinte e Quatro que os direitos reais se encontram esgotados, por doações inoficiosas, que deixam o reino sem sangue, e pelo desamparo da Índia, pois o rei puxava por esses direitos da corôa e vassalos para socorrer a Flandres, «sendo assim que este reino não tem nenhuma combinação com aquêles estados, nem lhe deve o socorro dêles, *por serem da corôa de Castela*»... E ao citar a exorbitante doação «que faz espanto», ao duque de Lerma, dos «consideráveis celeiros de Serpa e Moura, que importam quinze mil cruzados», ao tempo na posse do neto do duque, alegam que êle é estrangeiro, o que vai contra o jurado e prometido nas côrtes de Tomar e nas de Lisboa (1619) nas quais expressamente se diz «que não se darão próprios nem bens da corôa a estrangeiros, senão aos naturais dêste reino»; por isso a doação é nula, «como dirão todos os lentes das Universidades e teólogos.» Lembra-se ainda ao rei que Filipe II, seu pai, à hora da morte, mandara restituir à corôa de Portugal quanto fôra dado a estrangeiros. E a palavra «estrangeiro» volta de quando em quando no texto, como inevitável e naturalíssima; e insiste-se no muito que se tem tirado a esta corôa para a de Castela.

Na segunda representação, o paralelo de carga tributária e o protesto contra a diferença entre Portugal e Castela (em muitos casos inteiramente liberta de encargo) desenvolveu-se lado a lado; e também aqui se apela ao mesmo tempo para o direito e para a teologia moral, que uma e outra impedem, segundo os homens da casa dos Vinte e Quatro, o rei Filipe III de continuar a manter os abusos que lhe deixam demonstrados.

Sabiam melhor êstes homens do século XVII do que muitos de agora como defender e porque defender seu direito. Sentindo-se verdadeiramente solidários no interêsse e na aspiração, não precisavam de inventar teorias étnicas, de fantasia delirante, ou doutrinas metafísicas, de ridícula pseudo-transcendência, para afirmar sua personalidade e reclamar dignamente contra o menosprêzo de seu direito. Pasma-se em todo o caso da altivez que, apesar de tudo, era possível manter em Portugal, país oprimido, perante o rei estrangeiro. E assim se compreende melhor porque chegou até nós tanta queixa contra o valido. E' que o adventício que manda é sempre mais violento, rancoroso e autoritário do que o soberano, crente na sua legitimidade.

VIEIRA DE ALMEIDA





EL-REI D. JOÃO IV

O CORTEJO DO MUNDO PORTUGUÊS

UMA LIÇÃO VIVA DE HISTÓRIA PÁTRIA

O sr. Presidente do Conselho, ao dar conhecimento à Nação do que deveriam ser as comemorações do duplo centenário, mostrou, como sempre, o seu alto espírito realista, a sua clara noção da vida nacional, tão bem compendiada na *política de verdade* — que tem sido o seu lema de govêrno.

Assim, acentuou que as festas e as obras úteis, que hão-de ajudar a perpetuar as datas gloriosas, teriam de ficar «dentro das nossas possibilidades — isto é, dentro da nossa capacidade de realização e da modéstia dos nossos recursos: seria contra os nossos princípios de política e de administração empenhar ou vender as pratas da casa para servir um chá luxuoso à família ou aos amigos.»

Isto não quer, porém, dizer que a celebração dos nossos oitocentos anos de idade possa enquadrar-se em solenidades mesquinhas, que não estejam à altura dos feitos que se comemoram, da grandeza e da pujança do nosso passado — tão pouco igualado, nada excedido, — do nosso presente que é hoje dos mais bonançosos, entre o das grandes nações imperiais, prosperidade conquistada pelo nosso próprio esforço, à custa dos nossos próprios sacrifícios.

Há certas verdades que não faz mal repetir, ou melhor, que se devem repetir para criar estímulo e alento a fim de não pararmos no caminho que — louvores a Deus! — retomamos, reatando uma gloriosa tradição.

Se não se fizerem empreendimentos que assombrem pela *quantidade*, far-se-ão comemorações que se imponham pela *qualidade* — especialmente, pelo significado, pela lição a portugueses e estrangeiros.

Quem, como Portugal, teve na história da civilização, na expansão das ideas nobres e cristãs, levadas até às mais longínquas partes do Globo, o papel que nós tivemos — sendo, ao tempo, um País de limitadas dimensões — cumpre-lhe dar, num conjunto tão espectacular como preciso, o ensinamento da sua vida prodigiosa e rica de pormenores: cada um deles valendo uma estrofe de epopeia.

Essa lição vai efectivar-se, por uma forma que há-de satisfazer os mais exigentes, no Cortejo do Mundo Português, — «por assim dizer apoteose da Exposição e do Congresso do mesmo nome.»

Da sua organização, foi encarregado o capitão sr. Henrique Galvão, que bastas provas do seu talento e do seu poder realizador tem dado noutras emergências, particularmente na

Exposição Colonial do Pôrto, — que ainda está na memória de todos que tiveram a felicidade de a visitar — e no cortejo folclórico em Lisboa, que foi uma bela e colorida revista de Portugal continental e insular.

O capitão sr. Henrique Galvão, que tem, também, a seu cargo a direcção da secção *Etnografia Colonial* da Exposição Histórica Portuguesa, está já de posse de todos os elementos necessários para a montagem do cortejo, depois de aturados e profundos estudos da indumentária e arm a reconstituição seja impressionante.

O cortejo não um espectáculo vivo da verdade histórica, co se sinta, realmen várias grandes époc sentativas quadras d

O Cortejo do será anunciado ao p de cavaleiros dos te zendo vibrar notas reluzentes tubas: — livro de História viv acordes heróicos.

E o *livro* está pocas: o Passado, o

No *Passado* h primeiro é o da *Fun* começou Portugal — D. AfonsoHenriques, figura simbólica, en as bandeiras históri tência floresta de es jaram ao Sol de todos os mares e de todos os continentes.

O público terá, então, a nítida visão da entrada do Rei Fundador na cidade de Lisboa, conquistada aos infiéis em 1144. Lá aparecerá o alferes-mór, empunhando o pendão das quinas, que vem a seguir aos Bispos do Pôrto, de Viseu, de Braga e de Lamego, cavalgando à sombra da signa dos Templários. Afonso Henriques e a sua comitiva precedem as turmas de cavaleiros vilões, dos Templários e dos Hospitalários e a chusma da peonagem — arqueiros, fundibulários e besteiros. Atrás, arrastar-se-á a pesada máquina de guerra (manta).



FIGURINOS DO ARTISTA MANUEL LAPA PARA O CORTEJO DO MUNDO PORTUGUES

aria, de guisa a que tão rigorosa como

constituirá, apenas, de côr; cuidar-se-á de sorte que o públite, transportado às as, às mais repre a vida portuguesa. Mundo Português úblico por um grupo mpos afonsinos, farmaciais nas suas são êles que abrem o a com um prólogo de

dividido em três é- Presente e o Futuro. á seis capítulos. O dação. Começa como livre. É a espada de conduzida por uma quadrada por tôdas cas de Portugal, autandartes que drape-

ARCEBISPO DE BRAGA



ARCEBISPO DE BRAGA

(Figurino de Manuel Lapa para o cortejo do Mundo Português)

Outro capítulo: *A consolidação da Independência*, êsse período de tão perfulgentes cometimentos em que se guinda, iluminada por uma luz de Alto, a figura do «Galaaz» português, Nun'Álvares, com os da sua comitiva. Na «ala dos namorados» hão-de vêr-se os que foram para as batalhas crueis com a elegância de mantenedores de torneios, em que havia sorrisos de mulher a coroar-lhes as arrancadas. E, finalmente, no meio de centenas de figurantes, D. João I, ladeado pelos Infantes da «ínclita geração.»

O terceiro capítulo é o das *Descobertas e Conquistas*. O Infante D. Henrique, o génio impulsionador dêsses feitos agigantados, sobressairá do grupo dos seus navegadores, «gente ousada entre tantas».

Como nota deslumbrante dêsse período, procurar-se-á dar um insinuante excerto da faustuosa embaixada de Tristão da Cunha ao Papa, cuja magnificência e cujo ineditismo encheram de admiração a Europa. Não faltará o elefante coberto de brocados, o cavalo persa, a onça domesticada.

Mas o deslumbramento do público não terá repouso porque os grandes capitães dos mares e das conquistas asiáticas — Gama, Albuquerque, Cabral, D. João de Castro e D. Francisco de Almeida — surgirão, ladeados pelos que os seguiam a «dar novos mundos ao mundo». Para que a lição fique completa, quere o sr. Capitão Galvão mostrar um bom esquema da evolução de artilharia, desde o imperfeito trom até às grossas peças de bronze que ribombaram no Oriente.

Como às conquistas e descobertas se seguiu a incomparável obra de colonização (para que os portugueses sempre têm sabido mostrar perícia consumada) assim, no cortejo, o quarto capítulo viverá a *Colonização* num carro alegórico em que a Fé e o Império, os evangelizadores e os comerciantes estarão representados em simbolização eloqüente.

O *século XVIII* preencherá o quinto capítulo desta lição viva de história pátria com representação da riquíssima enviatura do Rei D. João V, ao Sumo Pontífice Clemente XI, quadro de rara beleza sumptuária, quasi a deixar perder de vista tudo o que fêz Luís XV — embaixada própria de um soberano que era Senhor de um Império que possuía as minas do Brasil.

A epopeia da *Ocupação Militar das Colónias no Século XIX*, com os antigos combatentes coloniais, as tropas negras e as gloriosas bandeiras das campanhas ultramarinas — será o derradeiro capítulo da primeira época.

O *Presente* terá, como prólogo, a guarda de honra à Bandeira, feita por tropas metropolitanas e coloniais, seguindo-se, logo, vistoso carro, alegórico à unidade do Império.

Como garridos bilhetes postais, passarão, depois, as Províncias de Portugal representadas num puríssimo cortejo folclórico, cheio de côr, de vibração regional.

E, logo após o carro alegórico do Ultramar, vêm as representações indígenas de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Índia, Macau e Timor, trazendo

TEMPLÁRIO



TEMPLÁRIO

(Figurino de Manuel Lapa para o cortejo do Mundo Português)

exemplares da sua fauna característica: cavalos, mulas, zebras, girafas, elefantes, camêlos e búfalos.

O epílogo do livro, em que o capitão sr. Henrique Galvão tem trabalhado e trabalha, com todo o entusiasmo, tanta dedicação patriótica, tanta inteligência e tanto saber — é a visão do *amanhã*, tornado presente num carro alegórico, rodeado pela apoteóse dos estandartes de todos os núcleos da «Mocidade Portuguesa» Masculina e Feminina — bandeiras bem simbólicas que aureoladas pelo sol, são a garantia do Portugal imortal, do Portugal: terra de Santos e Heróis, de lavradores, e de nautas, que, vivendo na Fé cristã e dominados pela idéia da Pátria, festejam, — «o que raros poderão fazer — oito séculos de independência, quer dizer, de vida livre e de trabalho intenso, em grande parte desinteressado e a favor de outros povos da terra».



PORTUGAL E GUIMARÃIS

Acertadamente definiu a Comissão das Festas dos Centenários de 1940 o importante lugar que a Guimarães cabe nas comemorações nacionais da Fundação e da Restauração de Portugal. Acertadamente, disse, porque a velha cidade minhota foi o indiscutível centro vital das populações das terras que os rios Lima, Cávado e Ave regam, amorosa e proveitosamente.

Populações industriadas na agricultura, civilizadas na romanização demorada que as deslocou dos cerros dos montes para os vales e planícies, congregando-as em grupos, os grupos em famílias, as famílias em casais, como bem e claramente nos conta Alberto Sampaio (1), entre outros qualificados historiadores. Firmam-se marcos das propriedades, das *vilas*, das *quintanas*. Surgem as classes, do servo ao senhor. A doutrina cristã, circunfusa nos territórios de Entre-Douro-e-Minho, erege igrejas e mosteiros. No século XI, êste sistema era uma realidade: o reino de Leão abrangia terras que se derramavam, do norte ao sul, desde o mar Cantábrico ao rio Douro.

Não sem sacrifícios heróicos — lembro a altíssima figura de Viriato, que Schulten (2) esculpiu em devido lugar — os Lusitanos haviam-se submetido ao domínio de Roma. Mas sua ânsia de liberdade, assás demonstrada na luta, teria como reflexo a da população dos territórios de aquém Douro, até ao Minho (3). Começa com Viriato a luta de independência, renasce com Dona Tereza, com Afonso Henriques. Mais tarde, nas horas negras da Pátria, com D. João I, com D. António I, com os homens da Restauração de 1640.

Como dizia, a Lusitânia, encerrada nas terras da conquista romana peninsular, dobrara-se ao domínio estrangeiro. Como explica Fortunato de Almeida (4) *a submissão foi rápida, levada a cabo por Augusto e pelos seus lugar-tenentes. Para cimentar a obra da conquista procurou interessar os povos na civilização romana, beneficiando-os e distinguindo algumas cidades com títulos honoríficos, à semelhança do que fizera César. Foi nessa ocasião que a cidade de Bracara recebeu o nome de Bracara Augusta; Emerita (Mérida) o de Augusta Emerita; Caesarea o de Caesarea Augusta (Saragoça).*

A roda de 400 da Era de Cristo, eram já sete as províncias da Península romanizada: Galécia, Lusitânia, Bética, Tarraconense, Cartaginense, Tingitana e Baleares. E como o novo sistema administrativo obrigasse a diversa repartição dos territórios hoje portugueses, eis que surge a grande divisão ou *conventus*. Grande era o *Bracaraugustanus*, com sede em Braga e jurisdição nas terras ao norte do Douro. Pertenciam-lhe, além de *Bracara Augusta* (capital), *Tuntobriga*, *Caladunum*, *Aquae Flaviae*, *Araduca*, etc., e todos êsses povoados ou núcleos humanos de inúmeros castros de tôda a ordem, cujo símbolo magnífico é, por certo, a Citânia de Briteiros.

(1) — ALBERTO SAMPAIO — *As «vilas» do norte de Portugal*, «Portugalia», Pôrto 1899-1903. Vd. J. L. DE VASCONCELOS — *Etnografia Portuguesa*. II. Lisboa, 1936.

(2) — ADOLFO SCHULTEN — *Viriato*. Versão portuguesa de Alfredo Ataíde. Pôrto, 1927.

(3) — Vd. Conceitos da Lusitania em: J. L. DE VASCONCELOS. *A Medicina dos Lusitanos*. Lisboa, 1925.

(4) — FORTUNATO DE ALMEIDA — *História de Portugal*. T. I. Coimbra, 1922.

A organização administrativa e política deu origem ao aparecimento das *vilas*, umas *urbanas*, outras agrícolas, *rústicas*. Destas, muitas no termo de Guimarães: da *vila* Vimaranas nasceria este burgo, no século X.

Seguem-se os domínios de outros povos: Bárbaros, Visigodos, Árabes. Resistem às hordas moiras os visigodos asturianos. O que foram suas monarquias cristãs do norte hispânico todos o sabem. Fernando Magno, falecido em 1065, deixa a seus filhos Sancho, o reino de Castela; Afonso, o de Leão e Astúrias; Garcia, o da Galiza. Afonso, o VI, consegue, por razões de vários géneros, congregar na sua corôa os reinos de seus irmãos. E, assim, dominava em terras que se estendiam do norte da Península à foz do Mondego. No termo do século XI, conquista aos moiros Santarém, Lisboa e Sintra.

Os tempos correm. Nova distribuição de terras por senhores de confiança origina o aparecimento de *condados* ou distritos, tais o *Portucalense* e o *Conimbricense*, à moda visigótica. Interessa-nos, agora, o Portucalense. Como todos também sabem, coube a governação deste Condado a D. Henrique, casado com Dona Tereza ou Tareja, filha bastarda de D. Afonso VI, de Leão.

Ora D. Henrique e sua mulher assentaram côrte em Guimarães, onde lhes teria nascido o filho, D. Afonso Henriques (1111?), segundo é tradição firme (1).

O sentimento de independência de D. Henrique, bem acentuado em Dona Tereza e forte no moço Afonso, originou a criação dum estado juridicamente novo: PORTUGAL.

A batalha de S. Mamede (Guimarães), em 1128, *in campo S. Mametis, quod est prope castelum de Vimaranes* (2), rumou a vida do Infante, que, pela victória, assim ficou senhor das terras portucalenses. Cabe repetir, neste passo, as seguintes palavras de Alfredo Pimenta (3): — *A batalha de S. Mamede é o primeiro acto decisivo, claro, q. não admite duvidas, da serie gloriosa de feitos do fundador do Reino de Portugal. É o nosso grito de independência, é a nossa primeira affirmação de personalidade e de vontade. Victorioso da hoste estrangeira, Affonso Henriques ergue vôo, nas suas legitimas aspiraçoens, e sonha o talhar de fronteiras q. é o seo longo reinado.*

Genio político e militar formidavel, Affonso Henriques é o obreiro maximo da nossa existencia como Nação. E foi na batalha de S. Mamede q. o plano grandioso se fixou, se concretisou e defenio. Sem a batalha de S. Mamede, a historia de Portugal não podia existir: ella foi o seo berço.

E, mais estas: — *Tudo quanto veio depois, a obra inolvidavel das dynastias q. se seguiram, sahio do combate dos campos de S. Mamede, em q. D. Affonso Henriques passando sobre os seus sentimentos de filho, defrontou a vontade da Mãe, subjugada á influencia do estrangeiro. Perdoa-se a D. Thereza essa fraqueza sentimental de uma paixão serodia — recordando-se q. tambem ella cooperara, ainda em vida do marido, para q. as condições do condado portucalense tornassem possivel o gesto audacioso de Affonso Henriques, em 1128.*

Legítimo é dizer-se, pois, que Portugal nasceu ali, em Guimarães e que Guimarães,

(1) — ALFREDO PIMENTA — Não accita esta data. Vd. *D. Afonso Henriques*, in *Guimarães. O Labor da Grei* Guimarães 1928.

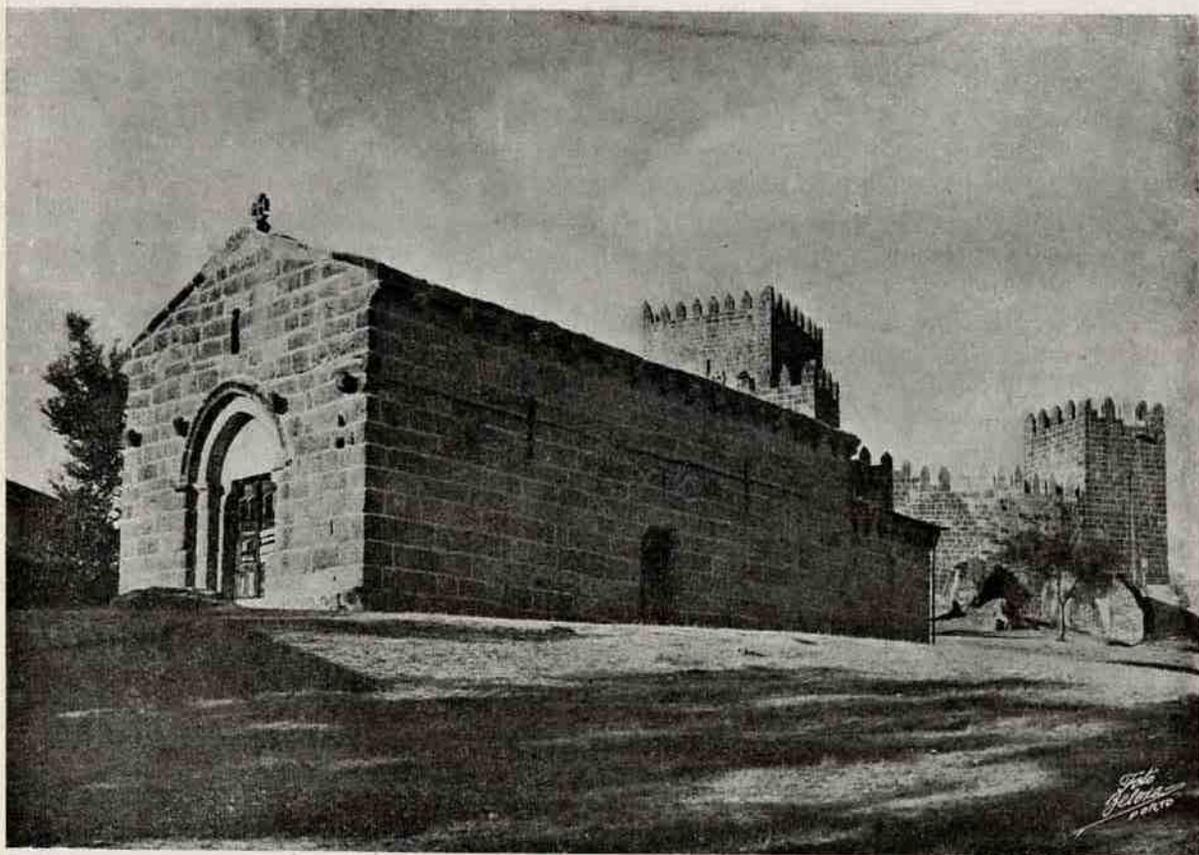
(2) — *Chronica Gothorum* — (P. M. H., *Scriptores*).

(3) — ALFREDO PIMENTA — *A batalha de S. Mamede (1128-1928)*, «Ilustração Moderna», n.º 25 e 26, Porto, 1928. (Consagração do VIII.º Centenário da batalha de S. Mamede).

na luz da moderna investigação histórica, mais do que nunca pode e deve chamar-se *Berço da Monarquia*.

Legítimo é, por isso, que a romagem nacional, em 1940, visite tão sagrados lugares: Guimarães, Lanhoso, Citânia de Briteiros, Braga.

Legítimo é, também, que nesse ano o Governo da Nação se transfira provisoriamente ao velho burgo de Guimarães, evocando a vida política de há 800 anos. Tanto mais



GUIMARÃIS — CAPELA DE S. MIGUEL DO CASTELO, ONDE, SEGUNDO A TRADIÇÃO,
FOI BATISADO D. AFONSO HENRIQUES

quanto é certo terem reunido Côrtes em Guimarães, entre 1095 e 1108, em 1250, em 1256 e em 1288, para não chamar outras datas (1).

Mas, muitos outros factos nos habilitam a levar a Guimarães e seu termo a atenção do País e do Governo nesta hora de evocações e felicíssimas repetições históricas. Se na vida política vimaranense, depós a fundação da Monarquia sôbre a victória de Afonso Henriques

(1) — ALFREDO PIMENTA — *Subsídios para a História de Portugal* (Textos & Juízos Críticos). Lisboa, 1937.

no campo de S. Mamede, isto é, desde 1128, outros sucessos há merecedores de muitas honras nacionais, verdade é que anteriormente, no termo de Guimarães, muitos mais se poderão apontar dignos de lembrança do Governo Nacional e do próprio velho burgo nas comemorações centenárias de 1940.

Esta a razão única do artigo cujo intróito acabo de redigir, sucintamente.

Na parte mais cimeira da cidade de Guimarães existem, ainda e venturosamente, três monumentos históricos que muito me apraz e convém apontar nesta sumária nota: o Castelo, a Capela de S. Miguel do Castelo e o Paço dos Duques de Bragança (1). Interessam-nos, no momento, os dois primeiros. No Paço do Castelo (2) teria nascido o nosso primeiro Rei e na Capela teria sido baptizado (3). Se os documentos coevos não confirmam esta hipótese e se outros não há a confirmá-la, deu-lhe, porém, vulto e poder a tradição, que é muito respeitável. Fiquemo-nos, pois, com ela.

E porque não falar, também, da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, onde brilhou insigne e Real Colegiada e, antes, um Mosteiro tão importante que lhe não levam a palma os de Loreto, de Monserrate e Guadalupe (4)?

E porque não falar deles nesta hora, ao menos designá-los no correr da pênna através da vida histórica da mais nobre cidade portuguesa, vida que se lhes enleia e nêles se emaranha de tal sorte que não há aí história a escrever sem escrever-lhes a história!? Todavia, quantos mais não há no termo de Guimarães, desde a singela sepultura luso-romana, na leira da planura ou no cêrro dum monte, às silenciosas citânias, aos castros e termas medicinais, todos pertencentes à história vimaranense e, por isso, à mais velha história de Portugal!

Quantos mais, quantos mais, dispersos pelas 80 frêguesias do concelho de Guimarães! Que o digam as páginas que escreveu Martins Sarmiento, cujos olhos se deslumbraram por todos êsses mundos mortos e sempre vivos, cujas mãos tocaram, primeiro que outras modernas, as pedras e os metais arcaicos da pré e proto-história vimaranense.

É desta Guimarães, mais velha do que a Monarquia, que eu pretendo curtamente dissertar, lembrando sucessos, lugares e pessoas, quiçá esquecidas nesta hora, como na hora de amanhã, usança fatal no coração dos homens e, pior do que isso, na sua inteligência.

Em estudo de 1929 abriu-se-me ensejo de compendiar, sumariamente, a pré-e proto-história de Guimarães (5). Ingratíssimo trabalho êsse, com jeitos de catálogo, mas levado

(1) — Felizmente o Governo, em patriótica e nunca assaz louvada tarefa de reconstrução nacional, procede à restauração dêstes monumentos, dos mais caros ao nosso brio de Portugueses. Não é simples restauração material essa, mas verdadeira restauração espiritual, antes de mais nada; que é como quem diz, educacional, de que bem precisados estávamos!

(2) — LUIZ DE PINA — *O Castelo de Guimarães*. Vila Nova de Gaia, 1933.

(3) — LUIZ DE PINA — *O Românico no concelho de Guimarães — II — A igreja de S. Miguel do Castelo*. «Revista de Guimarães». Guimarães 1928.

— *Castelo de S. Mamede e Igreja de S. Miguel do Castelo*. «Ilustração Moderna», n.º 25 e 26. Pôrto, 1928.

(4) — JOSÉ CALDAS — *Guimarães (Seg. Eduardo de Almeida — Romagem dos Séculos*. Guimarães, 1923).

(5) — LUIZ DE PINA — *Vimaranes — Materiais para a História de Medicina Portuguesa — Arqueologia. Antropologia. História*. (Tese de Doutoramento). Pôrto, 1929.

a termo consoante as posses de que dispunha. Então me impelia desejo forte e julgo que louvável: — evidenciar ao leitor, em curta visão, o povo e a terra, a vida e a história do território vimaranense, história e vida da própria Nação, quando ela mais não era do que resumido chão de menos de meio Portugal para o norte, êsse Entre-Douro-e-Minho tão evocativo, tão português, tão nosso!

Como então, poderei dizer: deve Guimarães o muito que vislumbra em sua história mórmente a quatro autênticos valores nacionais: — Martins Sarmento, Abade de Tãgil-de, Alberto Sampaio e João de Meira. Os trabalhos dêstes quatro grandes vimaranenses, conjugam-se, enredam-se, formam um só; e sinto-me agora bem, calha-me a gôsto escrever sôbre o que patriôticamente arquivaram e amaram. Encorajam-me as suas memórias; suas figuras de Além-Vida adejam ao redor da minha banca, protectoras e amigas. E se, no fim, dado que muito peque no que deslustrei em suas obras, as suas almas me perdoarem, assaz me consolarei da canseira e me recolherei no pecado, dizendo desde já em confêssão que a mais alto não sobe meu valor no esfôrço! (1)

Para chegarmos à época da fundação de Guimarães não há outra cousa a fazer senão remontarmos aos períodos arcaicos, de sucessos que se concatenam e enlaçam, para os rematarmos na *quintana de Vimaranes*, embrião do burgo.

Encerrado entre os concelhos de Braga, Póvoa de Lanhoso, Fafe, Felgueiras, Santo Tirso e Famalicão, o de Guimarães ocupa quâsi o centro da província minhota já bem povoada em tempos distantes. Cortam-lhe as terras o rio Ave e seus afluentes Vizela e Selho. Seus montes derivam do maciço galáico-duriense (sub-meseta-setentrional).

As mais notáveis estações arqueológicas são, incontestavelmente, a Citânia de Briteiros, a Citânia de Sabroso e o Castro da Penha. As duas primeiras deu Martins Sarmento o melhor dos seus cuidados e saber: — redescobriu-as, desenterrou-as, estudou-as e salvou-as, enfim. Da terceira adivinhava êle a importância, antevendo no lindo monte um castro soterrado. De facto, a Penha tem dado inúmeras provas dum castro neolítico (eneolítico) de suma valia, cujo espólio se guarda na Sociedade de Martins Sarmento, de Guimarães, mercê dos muitos cuidados do Professor do Liceu José de Pina, que o revelou e tem explorado (2).

Do valor da Citânia de Briteiros fala-nos, modernamente, o Capitão Mário Cardozo, numa excelente monografia (3). No meu citado estudo de 1929 (4), resumi o que então se conhecia daquelas célebres estações arqueológicas. Escrevi: — a Citânia seria como que o fulcro de tôda a civilização do território vimaranense, pela sua relativa grandeza, pelo seu poderio, pela sua gente. A zona compreendida entre Citânia, Caldas das Taipas e Sabroso, foi, em meu entender, um dos locais preferidos pelas tribos dos calaicos ou gróvios para estacionamento e habitação.

(1) — Neste trabalho registo a principal bibliografia, que nesta curta nota não posso arquivar. A ela remeto o leitor mais interessado.

(2) — JOSÉ DE PINA — *A Penha éneolítica*. «Revista de Guimarães», Vol. 38, fasc. 3-4.

— LUIZ DE PINA — *Uma notável estação arqueológica portuguesa: a Penha* (Guimarães). Paris, 1931.

— *Notas para a Prehistória vimaranense*. Homenagem a Martins Sarmento. Miscelânea. Guimarães, 1933.

(3) — MÁRIO CARDOZO — *Citânia e Sabroso. Notícia descritiva*. Guimarães, 1938.

(4) — LUIZ DE PINA — *Vimaranes*, *ob. cit.*

A Citânia de Briteiros (1) é, pois, o mais vasto e rico castro da região vimaranense, onde, possivelmente, habitaram *brácaros, gróvios e calaicos* (2).

Desamparado após a romanização do território, o castro luso-romano da Citânia é mais importante que o de Sabroso, menos moderno e não romanizado. Depois destas três estações, clamam imediata lembrança as ruínas das termas das Taipas e de Vizela, a que já dediquei larga atenção noutra lugar (3).

Vemos, pois, o burgo de Guimarães cercado, a não longas distâncias, por três valiosos castros e duas termas romanas de indiscutível importância. Mas, afóra isso, quantos e quantos elementos arqueológicos demonstram, por todo o concelho, uma densidade de população digna de registo, uma vida social activa e manifesta influência da civilização romana! Em muitas freguesias vestígios do neolítico, do eneolítico, do bronze: Salvador do Souto, Ronfe, Infias, Sêlho, Paraízo, Candoso, Taboadelo, Sande, Donim, Oleiros, Silvares, Abação, etc., etc.

Quanto à idade do ferro, onde nos levaria o vastíssimo catálogo. Basta ler-se o resumo que elaborei no meu livro *Vimaranes*: — Castros, casas, pontes, muralhas, mosaicos, inscrições, sepulturas, cerâmica, gravuras na rocha, objectos de todo o género (telhas, tejos, colunas, mós, esculturas, moedas, joias de variado metal, etc., etc.).

Quão valioso guia e arquivo não é a *Revista de Guimarães* e os mesmos cadernos de notas de Martins Sarmiento, para quem deseje documentar-se no estudo da pré e proto-história vimaranense! Para épocas posteriores são repositórios riquíssimos e indispensáveis os *Vimaranis Monumenta Historica* (4), de Oliveira Guimarães, insigne Abade de Tãgilde, aquela mesma «Revista» e o Boletim do Arquivo Municipal de Guimarães, dirigido por Alfredo Pimenta.

Mas, reatemos o fio do discurso. Resta-me falar do pedaço de terra em que hoje assenta a cidade de Guimarães. Antes de mais, olhemos para essa formosa montanha que ao deslado se ergue, na magestade das suas rochas gigantes, a Penha ou Serra de Santa Catarina. Lá no cimo, como disse, existiu um castro neolítico, cujos vestígios não revelam marca romana. Porém, nas faldas e plainos das encostas um ou outro elemento arqueológico manifesta tal marca, como já tive ocasião de demonstrar (5). Pendo em crer que a população vivente nesse cêrro de 500 metros de altitude descera um dia ao vale e acantonara-se no local onde hoje existe Guimarães.

Todavia, onde estão os vestígios da existência dêsse, de outro ou de outros agregados humanos oriundos de castros vizinhos, no referido lugar? *No morro do Castello, onde não assentaria mal um castro...*, escrevera, um dia, Martins Sarmiento (6).

(1) — Transcrevo a seguinte nota de MÁRIO CARDOZO, *loc. cit.*: *Segundo o historiador, e vimaranense illustre, Dr. Alberto Sampaio, esta freguesia, antiga Villa briteiros, teria sido um Fundus Brittarius, designação derivada de Britus, nome pessoal hispânico* (Cf. *Estudos Históricos e Económicos*, Pôrto, 1923, Vol. I, pág. 59).

(2) — Segundo J. LEITE DE VASCONCELOS. Vd. LUIZ DE PINA — *Vimaranes, ob. cit.*

(3) — LUIZ DE PINA — *Vimaranes, ob. cit.*

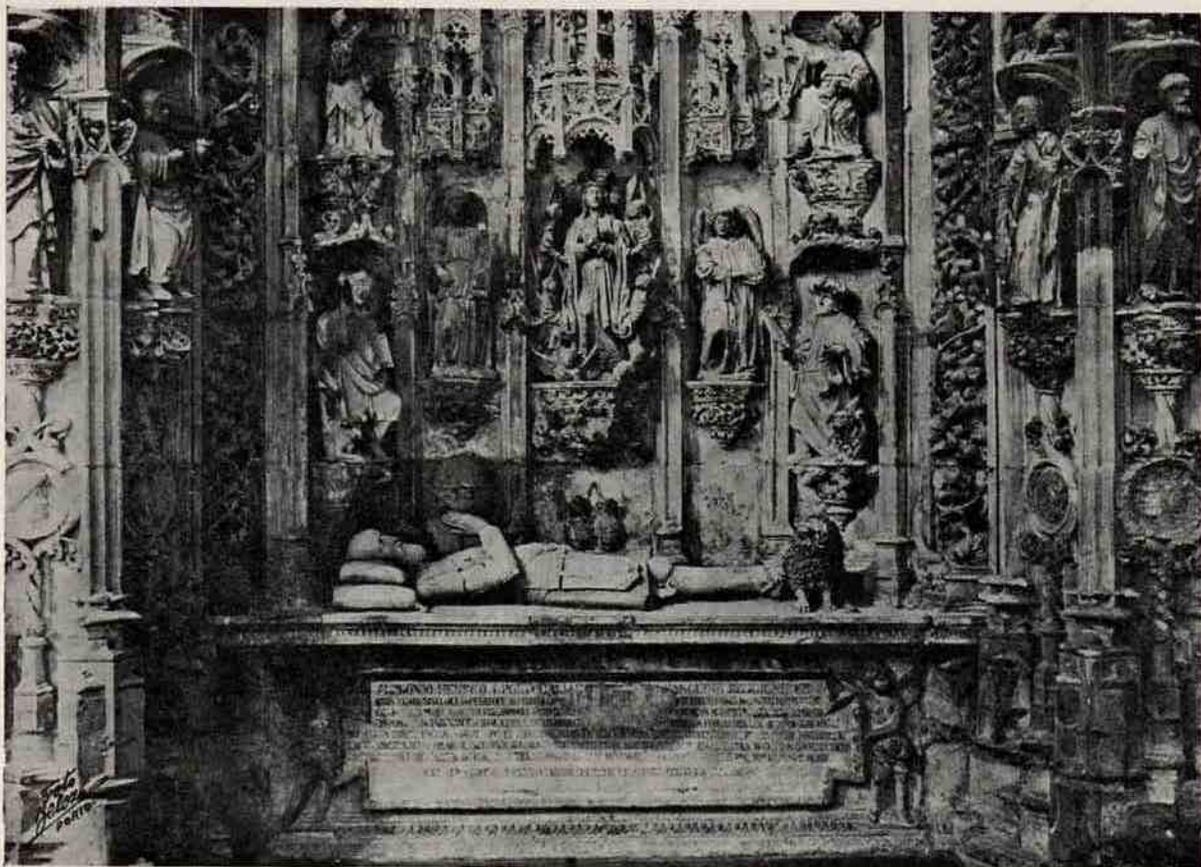
(4) — *Vimaranis Monumenta Historica. A saeculo nono post Christum vsque ad vicesimum inssu Vimaranensis Senatus edita*. Guimarães, 1908.

(5) — LUIZ DE PINA — *Subsidio para a Arqueologia do concelho de Guimarães — Sepultura luso-romana da Lapinha* (Deveza-Escura). «Revista de Guimarães», Vol. XL. N.º 3-4. Famalicão, 1930.

(6) — MARTINS SARMENTO — *Materiaes para a Archeologia do concelho de Guimarães*. «Revista de Guimarães», Vol. XIII, n.º 1. Guimarães, 1896.

Outro passo do ilustre arqueólogo: — *Não faltariam provas doutra ordem para mostrarmos que estes sitios já eram habitados muito antes do fatídico ano de 339, e provavelmente por povos próximos parentes dos Turdetanos, mas sem mistura alguma da familia celtica (I).*

Isto a propósito da existência dum povoado urbano prè-cristão. É ocasião de pre-



COIMBRA — TUMULO DE D. AFONSO HENRIQUES NA IGREJA DE SANTA CRUZ

guntar-se, ainda hoje: — anteriormente à neo-goda ou cristã Guimarãis existiu no seu lugar algum povoado? Por mim, respondo afirmativamente. Em primeiro lugar, porque é essa, de modo geral, a génese dos centros urbanos; em segundo lugar, porque o provam elementos arqueológicos trazidos à luz durante as obras de terraplanagem executadas pelo Município vimaranense, há uma dezena de anos.

Eis o que, a tal propósito, escrevi noutro estudo (2): — Dentro do recinto da pró-

(1) — MARTINS SARMENTO — *id. id.*

(2) — LUIZ DE PINA — *ob. cit.*

pria cidade, duas lápides dedicadas às *ninfas* e a *Hércules* (?); a que se refere às *ninfas* foi encontrada não muito distante do morro do Castelo, onde, com certeza, assentou um povoado romano, o que se depreende dos restos de telha e cerâmica que por lá tem sido encontrados.

Noutra página dêsse mesmo estudo escrevi, concernentemente a um velho povoado: — «a mesma ideia advem aos que meditarem sôbre a significação de umas sete ou oito fragas crivadas de cavidades arredondadas, de diâmetro variável entre dez e trinta centímetros, irregularmente dispostas; numa delas, cinco dessas covas dispõem-se simetricamente à roda de uma outra das mesmas dimensões. Informaram-me que em algumas casas próximas do Castelo há silhares com vestígios dessas cavidades, demonstrando tal facto que foram quebrados mais alguns penedos para essa serventia; no pavimento do adarve sul do Castelo verifiquei a existência de lages, ao certo provenientes de fragas semelhantes às citadas, que se vêem à flor da terra.

Isso demonstra que, no princípio da nacionalidade — data da reconstrução e reforma do precioso monumento — essas rochas picadas de cavidades já existiam. Julgo-as artificiais (*gamelas* ou *fossettes*); sendo assim, provam a existência de um povoado da idade neolítica ou início da do bronze. Martins Sarmento conheceu um desses penedos com suas covas, que o povo diz serem *pias dos mouros*, próximo dos muros do Castelo; dizia que *as pias são cavidades naturais*. Talvez que hoje, frente ao grupo das rochas que foram desenterradas — e quantos centos de anos estariam cobertas; — vendo as suas condições de jazida, semelhança e agrupamento, modificasse o parecer...»

Na página em que isto escrevi comento outros achados, de valor para a hipótese dum agregado humano anterior à fundação do burgo. O local seria no morro onde existe o Castelo, sobranceiro à cidade, alto e de óptimas condições estratégicas. Seria, pois, um castro de reduzidas dimensões, luso-romano (1). O *castro do Castelo* não é, para mim, uma fantasia, mas hipótese bem fundada e digna de estudo. Apraz-me registrar, a tal respeito, a opinião do distinto arqueólogo Capitão Mário Cardozo: — *As pias dos penedos junto do Castelo de Guimarães não são naturais. Com a expropriação dos terrenos circunjacentes e deslocamentos de terras ali efectuados recentemente, surgiram novos penedos do lado sudoeste com numerosas pias intencionalmente escavadas pela mão do homem. É muito natural, como se supõe, que neste local do Castelo tenha primitivamente existido um castro. Vid. Luiz de Pina, «O Castelo de Guimarães», Col. Est. Nacionais, Gaia, 1933, fasc. XVIII, pág. 26 (2).*

Prossigamos. Contam curiosos historiadores, alegados pelo Padre Ferreira Caldas (3), que no lugar onde está hoje Guimarães assentara, em antiquíssimos tempos, uma outra cidade. Uns lhe chamam *Araduca*, outros *Caladunum* (esta, segundo alguém, na Penha) (4).

Escreve, desta arte, o Padre Caldas: — «tanto assim», diz o padre Torquato d'Azevedo, nas suas *Memórias Resuscitadas*, pag. 163, «que ainda em uma procissão, que a Câmara costuma fazer todos os anos na 3.^a Dominga de Julho ao Anjo Custódio, que sahe da

(1) — LUIZ DE PINA — *O Castelo de Guimarães*, ob. cit.

(2) — MARTINS SARMENTO — *Dispersos*. Colectânea. 1933, Coimbra. Pág. 496.

(3) — FERREIRA CALDAS — *Guimarães*, ob. cit.

(4) — JOÃO DE MEIRA — *Guimarães 950 1580*. «Revista de Guimarães», vol. XXXI. 1921 (hipótese de Leite de Castro. Pág. 125).

real collegiada, acompanhada da Collegiada, Camara, e Ministros, e Povo, e entram na villa Araduca, e na sua igreja de S. Miguel do Castello reza o Cabido certas orações, e quando sahe da Collegiada leva o juiz de fóra um pendão de côr vermelha, e nelle um painel com a imagem do Santo Anjo, e chegando ao districto da villa Araduca para mostrar que ahi se não estende a sua jurisdicção, o entrega ao vereador mais velho.»

Assim vemos ainda, no fim do seculo XVII, respeitadas os restos d'essa antiga povoação, que devia preceder muito a posterior fundação de Mumadona no seculo X (1).

Não pretendo aceitar estas deducções do monógrafo de Guimarães, mas o certo é que, depois de aprovar a ideia da existência dum castro na parte alta da cidade, nessa parte que se chamou *Vila do Castelo* e viveu muralhada, independentemente da parte baixa do burgo, também com muralhas próprias; o certo é que, nessa tradição apontada por Caldas e nessa mesma distinção de vilas (alta e baixa), eu concebo a tal povoação muito mais velha, embora longe de parecer-se a qualquer das cidades arcaicas designadas por historiadores antigos!

O que aí fica é, para mim, mais uma prova a juntar às que registei, demonstrativas dum povoado prè-cristão vimaranense.

Elucido que D. Fernando I obrigou as duas vilas de Guimarães a juntar-se: *assi os dessa Villa que chamam do Castello como dessa outra Villa de Guimarães seiam todos huum poboo e huum conçelho* (2). Isto em 1369.

Não estará, no que acabo de expôr, a causa das querelas e inimizades entre os dois bairros da cidade, o do Castelo e o do Mosteiro, inimizades e querelas que se adivinham no documento que agora aponte?

Não se explicaria, assim, essa malquerença, se atendermos a duas distintas civilizações originárias, uma prè-histórica, mais antiga e altiva na sua velhice, pagã, a do castro e a cristã do século X, congregada em volta dum Mosteiro, fundadado por uma piedosa mulher, Mumadona?

Não estarão, em parte, rehabilitados, nesse particular das origens de Guimarães, os historiadores da mesma, que o douto João de Meira considerava como pouco amigos da verdade?

Assim concluia êste ilustre investigador, em estudo pòstumamente publicado (3):— *Guimarães nasceu em volta do convento fundado por Mumadona numa quinta sua, no meado do século X. Anteriormente a esta data não existia no local onde nos encontramos qualquer agregado humano.*

E não aceitava, nessa conclusão, que Guimarães pudesse ter sido a *Araduca* de Ptolomeu. Quanto ao agregado urbano a conclusão de Meira já não satisfaz.

Falou-se em Mumadona. Tempo é de dizer-se qual foi a obra desta mulher, verdadeira fundadora da Guimarães cristã. A ela, nas festas dos Centenários de 1940, deveria homenagem a velha cidade. Nem outra cousa pretendo nesta última parte do escrito, senão tanger lembrança dos homens bons do nobre burgo. Justo é lembrar que o ilustre Professor J.

(1) — FERREIRA CALDAS — *Guimarães, ob. cit.*

(2) — *Vimaranis Monumenta Historica*. Doc. CCCXXIX.

(3) — JOÃO DE MEIRA — *Guimarães, ob. cit.*

Leite de Vasconcelos, no II volume da sua notabilíssima *Etnografia Portuguesa* (pág. 383), escreveu: «Temos em Mumadona uma das mais antigas pessoas, historicamente conhecidas, a que se deve a origem de uma povoação portuguesa».

Trouxe há pouco a terreiro a romanização da região vimaranense e o aparecimento das vilas. Ora ajeita-se, aqui, mais uma transcrição de texto de João de Meira (1): — *Antes que Portugal fosse Portucale, antes que o concelho de Guimarães fosse o Termino de Vimaranes, já Creixomil era Creiximir, já Urgezes era Colgeses, já Fermentoens era Foramondanos, já todas ou quasi todas as freguesias do concelho de Guimarães tinham o nome que hoje têm, com pouca corrupção. Já então a sua antiguidade era grande, porque constituídas antes da conquista romana e sancionadas por ela, datavam, ao alvorecer da Monarquia, de mais de um milhar de anos.*

Foi numa das vilas deste território, na *quintana de Vimaranes, villa Uimaranes* ou *villa nuncupata Vimaranes* que essa condessa viuva e muito cristã, *Mumadona*, fundava nos meados do século X um mosteiro dedicado ao Salvador e à Virgem (2), mais tarde erigido em Colegiada (século XII). Em volta do Mosteiro, cujos restos romano-bizantinos se vêem na Igreja de Nossa Senhora da Oliveira edificada sobre êle, surge o casario dos servidores de Mumadona.

Porém, hordas invasoras atacam o convento, que de princípio era *duplex*. Então Mumadona constrói, no sobranceiro *Monte Latito*, um pequeno castelo de defesa. É neste monte — *alpe sancti mametis* — que hoje se vê o famoso Castelo de Guimarães (*Sanctum Mames*). Em roda da fortaleza, surge outro povoado. Assim nasce a vila do Castelo. Mais tarde, por certo ao tempo do Conde D. Henrique ou de seu filho, maiores necessidades de guerra o ampliam. Sucessivas reconstruções e anexações prosseguem até ao século XV.

Foi ao pé desse Castelo que se travou a batalha de S. Mamede, que o mesmo é dizer, no campo do Cano. Isto em meu entender. Diz a *Crónica dos Godos*, já citada; — *...uel indignos et exteris natione uolebant regnare super se commisit eum eis praelium in campo S. Mametis, quod est prope castelum de Vimaranes, et contriti sunt, et devicti ab eo, et fugerunt a facies ejus, et comprehendit eos. Obtinuit ipse principatum, et Monarchiam Regni Portugalis.*

Alfredo Pimenta, em artigo de 1928 (3), já citado, pende para a localização da batalha em terras do vale de S. Torcato. O *Campo da Ataca* poderia ser, naquele vale, o da célebre batalha. Assim, discorda de João de Meira, que a localiza no próprio campo onde assenta o Castelo de Guimarães, hipótese que também me parece mais ajustada: — a designação coeva *S. Mamede* posta ao Castelo de Guimarães e a palavra *prope* da *Crónica dos Godos* tentam fortemente para a localização proposta por João de Meira (4).

(1) — JOÃO DE MEIRA — *Id. id.*

(2) — A carta de *Villa Mellares* é o mais antigo documento que se lhe refere. Trata-se duma doação, ao mosteiro, do Rei Ramiro II, de Leão. (Vd. *Vim. Mon. Hist.*, Doc. de 931-950).

(3) — ALFREDO PIMENTA — *A batalha de S. Mamede, ob. cit.*

(4) — JOÃO DE MEIRA — *Guimarães, ob. cit.*
— *O concelho de Guimarães*. Porto, 1907.

O certo é que a batalha de S. Mamede se travou em terras de Guimarães.

De Guimarães o campo se tingia
.....

diz Camões no Poema.

Ocorre esta pergunta: — se a tradição popular liga ao *Campo da Ataca* a ideia de campo de guerra, não lhe poderia ter advindo o nome de qualquer escaramuça ou batalha posterior à de S. Mamede?

Voltemos a Mumadona, *Mumadona Didaci* dos documentos. Fundara ela o seu Mosteiro, satisfazendo um desejo *in articulo mortis* de seu marido Ermegildo. Célere foi o progresso do cenóbio, prendado com muitos bens por seu filho D. Gonçalo e D. Ramiro II de Leão, seu sobrinho. O testamento de Mumadona confirma o valor e a riqueza do Mosteiro que foi, portanto, o núcleo cristianíssimo de Guimarães, centro de largas e férteis terras que se espalham por 80 frèguesias.

Quando se levantará a Mumadona o monumento a que tem indiscutível direito perante os Portugueses?

Em todo o território vimaranense houve sucessos da História muito dignos da lembrança. Povoações sem conta, desde os tempos prè-históricos, aí surgiram para constituírem grande parte do fundo étnico-social do Portugal nórdico, donde os Reis saíram em gloriosas sortidas para a conquista das terras meridionais até à ponta extrêma do Algarve. São terras de trabalho e de vida victoriosa!

Do campo vimaranense de S. Mamede ao de Ourique, exalta-se o sentimento imperioso de independência que nelas acordou em 1128. E de tal sorte, que a Portugal Deus entrega o seu primeiro Rei, D. Afonso Henriques, o Conquistador. *Alfonsus portucaliensum rex!*

LUIZ DE PINA



LEGISLAÇÃO

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, que seja concedida à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais uma comparticipação de 475.000\$, pelo Fundo de Desemprego, destinada a obras nos monumentos nacionais a seguir discriminados:

Castelo da Vila da Feira (d)	19.200\$00
Castelo de Trancoso (d)	19.200\$00
Castelo de Celorico (d)	12.000\$00
Castelo de Sabugal (d)	12.000\$00
Castelo de Belmonte (d)	14.400\$00
Castelo de Pombal (b)	9.600\$00
Castelo de Leiria (d)	24.000\$00
Castelo de Tomar (d)	16.800\$00
Castelo de Almourol (b)	12.000\$00
Castelo de Santarém (Muralhas) (b)	19.200\$00
Castelo de Palmela (d)	24.000\$00
Castelo de Flor da Rosa (d)	24.000\$00
Castelo de Aviz (d)	12.000\$00
Castelo de Estremoz (d)	14.400\$00
Castelo de Vila Viçosa (d)	28.800\$00
Castelo de Lamego (b)	7.200\$00
Castelo de Silves (d)	19.200\$00
Castelo de Beja (b)	12.000\$00
Castelo de Póvoa de Lanhoso (b)	9.600\$00

Castelo de Bragança (d)	19.200\$00
Castelo de Montemor-o-Velho (c)	19.200\$00
Castelo de Óbidos (c)	16.800\$00
Castelo de Porto de Mós (c)	9.600\$00
Castelo dos Mouros (Sintra) (a)	2.400\$00
Castelo de Belver (Monção) (a)	9.600\$00
Castelo de Ourém (c)	16.800\$00
Castelo de Sezimbra (b)	7.200\$00
Castelo de Melgaço (b)	12.000\$00
Castelo de Montalegre (b)	7.000\$00
Castelo de Valença (b)	19.200\$00
Torre de Faria (Barcelos) (b)	2.400\$00
Torre de Giela (Arcos de Valdevez) (d)	24.000\$00

Estas obras deverão ficar concluídas até :

- (a) 31 de Agosto de 1939.
- (b) 31 de Dezembro de 1939.
- (c) 24 de Abril de 1940.
- (d) 26 de Abril de 1940.

A liquidação da comparticipação será feita mensalmente, em conta corrente com a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nos termos dos artigos 110.º e 117.º do decreto n.º 21.699.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 23 de Fevereiro de 1939. — O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Duarte Pacheco*.

REVISTA DA IMPRENSA

IMPRENSA PORTUGUESA

Sob o título: «Torre de Belém», publicou o ilustre escritor Snr. Embaixador Dr. Alberto de Oliveira, no «Diário de Notícias» de 28 de Janeiro de 1939, o seguinte artigo, que temos a honra de arquivar nestas páginas:

«Todo o lisboeta de algum sangue na guelra, e de alguma fé no coração, deve ter experimentado especial regozijo ao ler o decreto que acaba de publicar-se e no qual o infatigável Ministro das Obras Públicas e Comunicações, engenheiro Duarte Pacheco, converte em muito próxima realidade o nosso

velho sonho de tantos anos: a desobstrução da Torre de Belém, pelo desaparecimento das fábricas de gás e seus gasómetros e depósitos, com que continua a ser conspurcada e afrontada.

O problema, além de dispendiosíssimo, era cheio de dificuldades técnicas, especialmente relacionadas com o curto prazo em que tinha de ser resolvido: as festas centenárias de 1940. Desde o Dr. Salazar, que formalmente o escreveu, até qualquer de nós, ninguém julgava o esplendor e dignidade dessas festas compatíveis com o prolongamento de tal escândalo, que além de tudo privava a Torre do encanto de ocupar o seu lugar de alto relêvo entre os monumentos de Lisboa chamados a colaborar,

como símbolos de história e de glória, no programa do Duplo Centenário. Aqui o disse mais de uma vez. Vi bem que a opinião pública acolheu com desconfiança a promessa, sucessora de muitas outras não cumpridas. Mas confiava na energia e tenacidade do Ministro Duarte Pacheco, e folgo de verificar que não me enganei.

O novo decreto autoriza o Governo a celebrar com a Câmara Municipal e as Companhias Reunidas um protocolo complementar do acôrdo de 1935, fixando em primeiro lugar, para a conclusão dos trabalhos a realizar no sentido de plena execução daquele acôrdo ou contracto, o prazo último de Maio de 1940.

A nova fábrica de gás será construída nos terrenos conquistados ao Tejo na Matinha. Os dois gasómetros serão removidos de Belém, ou demolidos, construindo-se na Matinha outros novos. A ponte-cais de descarga estará pronta dentro daquela data e o respectivo acesso aos terraplenos da nova fábrica deverá ficar concluído até 31 de Dezembro próximo. Fixam-se os encargos a repartir entre as Companhias e o Estado ou a Câmara nos termos mais minuciosos. Não se encontra brecha por onde as cláusulas do protocolo possam ser sofismadas ou ladeadas. Trata-se de um compromisso concreto, de prazos categóricos, de dados técnicos sem dúvida longamente meditados, mas que me falta competência para apreciar nos seus méritos. Só reparo que a fábrica de Belém não se muda, destrói-se, porventura deita-se ao Tejo, como merece pelos seus longos malefícios, e que aos dois gasómetros sucederá talvez o mesmo, erigindo-se na Matinha obra nova, virgem de quaisquer pecados, e economizando-se assim tempo, e não sei se também dinheiro, em trabalhos penosos e difíceis de remoção e transplantação, durante os quais só à custa de complicados expedientes se evitaria a interrupção do fornecimento de gás e electricidade, que são para Lisboa como pão para a boca.

Visionemos, pois, desde já o novo panorama, do qual nos separa pouco mais de um ano: a vasta praça dos Jerónimos convertida em séde condigna da secção histórica da Exposição do Mundo Português, com a deslumbrante Igreja e Claustro à testa dela, com anexos tão atraentes como a Exposição Etnográfica, alojada no belo Jardim Colonial, e com a Torre e os seus jardins e cais (em vez de carvão e fumo) rematando-a e estabelecendo, entre ela e o Tejo das Conquistas, o laço de beleza e de grandeza que lhes é dado. As iluminações de luz indirecta continuarão de noite, sem intervalo, a obra de consagração realizada, de dia, pelo sol, que nos per-

tence em usufruto imprescritível. A Torre, o Mosteiro, a Exposição entoarão sem cessar o côro de louvor aos oito séculos de Portugal.

Digam os peritos o que este raro triunfo do bom sobre o mau senso, do bom sobre o mau gosto, que é a reabilitação e restauração da Torre de Belém, representa de sacrificio, de despesa, de esforço técnico. Nós só diremos que tal vitória é também uma lição aos vindouros. Nunca mais alguém ousará tocar nêsse ou em outros ninhos de história, ou jóias de arte, sem recear as sanções da opinião e os formidáveis onus que o crime de Belém hoje nos acarreta.»

Ainda a-propósito da Exposição do Mundo Português, de que, no número passado, publicámos as notáveis declarações do Sr. Dr. Augusto de Castro, ilustre Comissário Geral, inseriu o Diário da Manhã, de 6 de Fevereiro de 1939, o interessante artigo de J. A. que, com a devida vénia, a seguir reproduzimos:

«Foi de-certo com entusiástico alvoroço que o País tomou conhecimento do relatório do ilustre escritor e diplomata sr. dr. Augusto de Castro acêrca do grande certame cuja organização e direcção o Governo lhe entregou. Trata-se de um belo documento em que se aliam a elevada compreensão das finalidades a que deve obedecer a Exposição Histórica do Mundo Português e um brilhante espírito dinâmico e realizador. A várias pessoas, através das quais auscultámos o efeito produzido pela sua leitura, ouvimos este comentário que, por si só, representa um triunfo inegável para o Comissário Geral da Exposição: «Isto na verdade, inspira não só admiração, mas confiança!». Parece-nos que tais palavras são justas. De facto, o sr. dr. Augusto de Castro exprimiou-se com uma clareza, uma firmeza, um sentido ao mesmo tempo espiritual e prático das obras em marcha que logo lhe conquistaram não apenas merecida admiração, mas também—o que é mais importante— a plena confiança dos portugueses. O seu plano tem, na verdade, rasgo; sente-se nêlo o propósito de corresponder integralmente às responsabilidades da nossa grandeza histórica e do nosso actual prestígio no Mundo; mas, quer pelo rápido impulso já comunicado aos trabalhos iniciais, quer pela energia ao mesmo tempo reflectida e criadora que pôs ao serviço da missão que lhe foi confiada; quer pelo valor e número das colaborações que soube reunir e de que sem dúvida saberá tirar o rendimento máximo— desde já todos se sentem tentados a acreditar no eminente homem de letras, quando, no final, declara a fé que o anima no êxito do notável empreendimento.

Os fins da Exposição Histórica do Mundo Português — tal qual os definiu, na sua nota officiosa de Março de 1938, o sr. Presidente do Conselho — são «apresentar uma síntese da nossa acção civilizadora, da nossa acção na História do Mundo, mostrar, por assim dizer, tódas as pégadas e vestígios de Portugal no Globo». A imponente série de pavilhões anunciados e descritos no relatório do sr. dr. Augusto de Castro abrange, com alta visão não apenas nacional mas universal, êsse imenso e amplo panorama. Primeiro, é claro, a Fundação do Reino, o seu aparecimento como núcleo autónomo entre o confuso xadrez político e militar da Idade-Média. Depois, as diversas afirmações da vontade de independência que sempre se afirmou, clara e heróica, nos lances decisivos da nossa vida histórica: em 1385, com Aljubarrota; em 1640, com a revolta de 1 de Dezembro e suas conseqüências guerreiras e diplomáticas. Depois, ainda, os gloriosos e prodigiosos descobrimentos; e o estôrço ingente da expansão, da conquista, da ocupação, graças ao qual fizemos o Império; e as mil viagens, influências e trofeus da aventura portuguesa nos cinco continentes; e os Pavilhões do Brasil, onde haverá que admirar a projecção além-atlântico do génio fecundo da Lusitanidade; e o Palácio das Artes, Ciências e Letras, onde, como no *Jardim dos Poetas*, se oferecerá ao público, em vivas alegorias, as imagens representativas do nosso esplêndido lirismo; e o Pavilhão de Lisboa, ontem cais da Europa navegadora e descobridora, amanhã cais aéreo do Ocidente, que ligará o Velho ao Novo Mundo pelas estradas do espaço; e a Nau da Carreira da Índia, fielmente reconstituída, *ex-libris* dos esplendores do nosso comércio do Oriente e mostruário das actividades industriais e comerciais do Portugal de hoje; enfim, as duas importantes secções de Etnografia Metropolitana e de Etnografia Colonial, que serão resumo variado, colorido, cheio de animação e de pitoresco, de belezas regionais e de particularidades folclóricas.

Desenrolada junto às margens do Tejo, entre dois dos mais nobres monumentos da Epopeia — a Tórre de Belem e os Jerónimos — amenizada por numerosas diversões, fontes luminosas, etc., a Exposição Histórica do Mundo Português vai constituir, sem dúvida, um grande acontecimento nacional e europeu. Vai honrar o nome de Portugal dentro e fora das suas fronteiras e dar às festas dos Centenários um lustre inexcédível.

Guardámo-la para o fim, ainda, um Pavilhão, a que alludiu o sr. dr. Augusto de Castro — e que, segundo os seus próprios termos, «representará Portugal de 1940, isto é, a projecção no presente dos oito séculos

de História que a Exposição comemora». Guardámo-la para o fim porque êsse Pavilhão, quanto a nós, virá mostrar ao Mundo que a Exposição não diz respeito a um povo reduzido ao mero culto nostálgico das suas velhas glórias e dos seus velhos feitos — mas a uma Nação que exalta o passado enquanto constroi um presente digno dêle e marcha para o futuro em passos firmes, certa dos seus rumos, segura dos seus destinos nacionais e imperiais!»

IMPrensa BRASILEIRA

Entre as muitas referências e artigos vários publicados nos jornais do Brasil, a-proósito das comemorações centenárias, destacamos hoje o artigo do distinto e conhecido jornalista brasileiro A. Alves Barbosa, sob o título: «As Comemorações Centenárias de Portugal. O valôr de uma Nação», que o «Diário de Pernambuco», do Recife — um dos mais importantes e antigos jornais do Brasil — inseriu no seu número de 14 de Março do ano corrente. Êste interessante trabalho de Alves Barbosa foi reproduzido em muitos outros órgãos dos *Diários Associados*, que, como o «Diário de Pernambuco», pertencem àquela importante organização da imprensa brasileira.

«Nas comemorações centenárias de Portugal, tanto nas da sua fundação, em 1139, como nas da restauração da sua independência, em 1640, — é plano assente pela Comissão Nacional do Centenários, a que preside o ilustre escritor Júlio Dantas, que elas devem asseverar ao mundo, pelo carácter científico da organização, — o que tem sido, no ponto de vista de civilização e de cultura, a sua existência de alguns séculos de trabalho fecundo, em prol da humanidade.

Nada mais justo e acertado do que, após um largo período de actividades, mostrar, num balanço retrospectivo, perante as demais nações, o que de proveitoso se haja feito, a honrar a longevidade de uma existência oito vezes centenária. Porque, se entre a vida agitada de tantos países que sôbre o orbe terráquio se assinalam, algum há que a tenha em justa conta de epopeia, — a existência octocentenária de Portugal, como nação livre e independente desde 1139, é daquelas que têm direito ao estudo e á observação cuidada dos homens de responsabilidade intelectual.

Devemos afirmar, em princípio, ser Portugal uma das mais velhas nações da Europa, com unidade de formação e de expansão. Depois, temos que assentar em base indestrutível o axioma de ser êle

ainda o único país predestinado, no século XV, para as grandes emprêsas do Mar, a quem se deve a difusão dos conhecimentos humanos em tantas matérias que foram surgindo à luz da ciência com as descobertas de novas terras, como pioneiro intrépido da longa e tormentosa jornada pelos oceanos desconhecidos, fabulosos e impenetráveis.

Só isto bastaria a atestar a nobreza e a grandiosidade do trabalho em que se empenhou um povo forte, de raça latina, três séculos e meio após a sua constituição em nacionalidade perfeita e distinta!

Agora mesmo, quando na arena do mundo se degladiam povos de raças várias e se sente o entrecocar de ódios e de ambições que, fatalmente, hão de conduzir, mais dia menos dia, à conflagração máxima de todos os tempos, — é consolador notar a serena e nobre atitude do velho Portugal de oito sé-

culos, como que indiferente, na aparência, às lutas dos homens, mas consciente da sua responsabilidade na defesa do património de honra e de trabalho que, tantos séculos decorridos, lhe grangearam o justo aprêço que tôdas as nações altas lhe tributam.

Se a guerra mundial não rebentar até lá, se esta pesada névem que obscurece a luz da razão dos povos que se dizem fortes e ousados, se dissipar em franca claridade de manhã soalheira, — afastado o perigo iminente dessa horrenda calamidade — veremos então, por todo o Portugal, do norte a sul, na magnificência das festas comemorativas das duas datas célebres da sua História, o valôr real de uma Nação que soube viver pelo trabalho e soube honrar-se por suas atitudes de nobreza, para assegurar a existência no futuro e servir ainda como suave exemplo de nações».

NOTAS VÁRIAS

TRABALHOS PREPARATÓRIOS PARA AS CONSTRUÇÕES DA EXPOSIÇÃO HISTÓRICA DO MUNDO PORTUGUÊS

Na praça Vasco da Gama, a Belém, iniciaram-se na tarde de 15 de Fevereiro último os trabalhos de preparação do terreno para as construções do grandioso certame que há-de ser a Exposição Histórica do Mundo Português. Para dar aos nossos leitores uma idea do que foi essa simples mas tocante cerimónia, reproduzimos do *Diário de Notícias* de 16 de Fevereiro a reportagem dêsse acto solene.

«Desde ontem à tarde que na praça Vasco da Gama, de onde outrora partiram á descoberta de novos mundos os navegantes lusos, que ficou a ondular a bandeira da «Exposição Histórica do Mundo Português» — Cruz de Cristo a evocar um dos padrões imorredouros da nossa glória.

O camartelo já entrou em acção para demolir casas velhas, a-fim-de ali se erguer a obra monumental que vai ser êsse certame em 1940.

Próximo da esquadra de Belém e lá mais abaixo, onde foi o palácio dos duques de Loulé, já ontem se abateram cimalthas e deitaram abaixo telhados. Em todo aquêl recinto surgirá, em tôda a sua grandiosidade, a «Exposição Histórica do Mundo Português».

E para comemorar o comêço dêsses trabalhos

ali estiveram membros do Govêrno e demais entidades oficiais.

O País fica sabendo que se encetou ontem um dos grandes capítulos das comemorações do duplo centenário.

Numa das dependências do Liceu D. João de Castro, cuja frontaria principiou tambem a ser demolida, efectuou-se o acto de posse naquele estabelecimento de ensino, onde ficará instalada a sede do Commissariado da Exposição.

Compareceram os srs. Ministros das Obras Públicas e Comunicações e Educação Nacional, êste com o seu secretário, sr. dr. Duarte Figueiredo.

Receberam-nos os srs. dr. Augusto de Castro, commissário geral da Exposição; embaixador Alberto de Oliveira, presidente da Comissão de Honra; general Silveira e Castro e dr. Reinaldo dos Santos, membros da comissão executiva, e Silva Bastos, que representava o respectivo secretário geral, António Ferro; engenheiro Rodrigues de Carvalho, presidente da Câmara Municipal de Lisboa; Júlio Caiola, agente geral das colónias; conde de Penha Garcia; capitão Henrique Galvão; engenheiro Silva Dias, do Secretariado da Propaganda Nacional; dr. Augusto Cunha, director da revista *Mundo Português*; Afonso Dornelas; comandante Quirino da Fonseca; Cotinelli Telmo, architecto-chefe do certame; Pardal Monteiro, Raul Lino, Sousa Lopes, etc.

O sr. dr. Júlio Dantas, illustre presidente da Comis-

são Executiva dos Centenários, não compareceu à cerimónia por motivo de doença.

Depois da troca de cumprimentos os membros do Governo e demais entidades oficiais dirigiram-se à praça Vasco da Gama.

Ali, num mastro, subiu a bandeira da «Exposição Histórica do Mundo Português» — Cruz de Cristo a realçar — içada pelo sr. Ministro das Obras Públicas, engenheiro Duarte Pacheco, a convite do sr. dr. Augusto de Castro.

O acto foi sublinhado com calorosas palmas.

Os alunos do Liceu D. João de Castro, acompanhados pelo respectivo reitor constituíram a guarda de honra à cerimónia inaugural.

Na sede do Comissariado houve depois um «Porto de Honra», oferecido pelo ilustre comissário geral da Exposição, sr. dr. Augusto de Castro, aos membros do Governo e à Imprensa.

PALAVRAS DO COMISSÁRIO GERAL DA EXPOSIÇÃO

Proferiu então o sr. dr. Augusto de Castro as seguintes palavras:

«A Exposição do Mundo Português não se fará com discursos.

Há-de fazer-se com a vontade, a tenacidade e a fé de alguns e o patriotismo de todos.

Por isso não quis dar a esta cerimónia, apenas significativa e simbólica, qualquer carácter solene ou oratório. Mas não posso deixar de saudar a presença a esta festa do sr. Ministro da Educação Nacional, a quem agradeço a cedência deste liceu para as novas instalações dos trabalhos da Exposição, e do sr. Ministro das Obras Públicas.

Sr. engenheiro Duarte Pacheco, se a palavra «di-

namismo» não tivesse entrado na linguagem corrente seria necessário inventá-la para V. Ex.^a e se todos fôsem como V. Ex.^a as palavras «cansaço» e «desânimo» tinham de ser riscadas do dicionário.

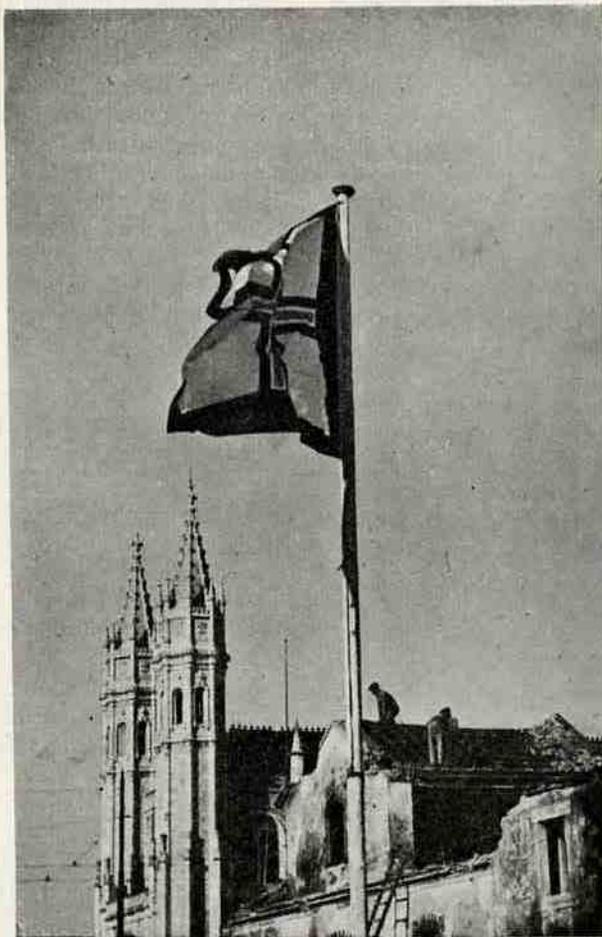
Agradeço igualmente a assistência do sr. presidente do Município de Lisboa, do sr. presidente da Comissão Nacional dos Centenários e membros da comissão executiva, lamentando a ausência, por motivos de saúde, do seu presidente, sr. dr. Júlio Dantas.

Meus senhores, o pavilhão da Exposição do Mundo Português flutua agora ao sol e ao vento do Tejo e á sombra dos Jerónimos. Dentro de pouco mais de um ano a Exposição realizará, neste local histórico de Portugal, a inspiração e a vontade do Sr. Presidente do Conselho que a concebeu e ordenou. O nosso pensamento deve nesta altura elevar-se para Portugal, para o seu venerando Chefe do Estado, que consubstancia a Nação, e para o Chefe do Governo, que a dirige.

Agradeço a presença dos representantes da Imprensa portuguesa e estrangeira. Aos jornalistas presentes, meus camaradas de hontem e

de amanhã, camaradas de sempre, quero dizer que sem a sua colaboração as festas centenárias não poderiam e não poderão ter aquela repercursão moral que constitue o seu mais directo e eficaz alcance. A Exposição ainda menos.

Os trabalhos de execução e construção da Exposição de 1940 começaram. Eles continuarão naturalmente, sob todos os aspectos, à luz do dia. E desde hoje, nesta casa, a Imprensa terá o seu lugar e todas as salas lhe estarão abertas para que a Nação



BANDEIRA DA EXPOSIÇÃO HISTÓRICA DO MUNDO PORTUGUES

possa, dia a dia, acompanhar os nossos trabalhos e por êles interessar-se.

Assim a Exposição surgirá a pouco e pouco e todos terão a legítima impressão de nela terem colaborado.

É neste espírito que peço que me acompanhem na saudação que neste momento está, com certeza no coração de todos os portugueses, desde o seu Chefe do Estado e do seu Chefe do Governo até ao mais modesto cidadão português: a Portugal, à sua glória e ao seu futuro — porque não vale a pena volver os olhos para o passado se não é para os encher do clarão do futuro. Ao êxito da Exposição do Mundo Português!»

OS DISCURSOS DOS SRS. MINISTROS DA EDUCAÇÃO NACIONAL E DAS OBRAS PÚBLICAS

Falou, depois, o sr. Ministro da Educação Nacional, dr. Carneiro Pacheco, que principiou por justificar a sua presença naquele acto dizendo:

— Ela tem o sentido de afirmar o espírito de cooperação que existe entre os trabalhadores do Estado Novo.

Referiu-se ao programa das comemorações do duplo centenário, da iniciativa do sr. dr. Oliveira Salazar, que dava bem a noção da grandeza do certame e das responsabilidades que iam cair sobre os seus executores.

Mas — prosseguiu — a Nação tem confiança no sr. Ministro das Obras Públicas e no comissário geral da Exposição, porque todos trabalharão a bem do prestígio de Portugal.

A seguir, o sr. Ministro das Obras Públicas agradeceu as palavras que lhe haviam dirigido e declarou:

— Para honra de Portugal e de todos os portugueses, tudo o que Salazar anunciou há-de cumprir-se. Pomos nisso a nossa fé e a nossa vontade, pois está em jôgo o nosso orgulho. A projecção do programa elaborado não se limita a incidir sobre Portugal, pois abrange todo o Mundo.

E concluiu:

— Temos de cumprir a palavra de Salazar. Por esta promessa levanto a minha taça.

Com estas palavras do sr. engenheiro Duarte Pacheco terminou o aspecto oficial da inauguração dos trabalhos da «Exposição Histórica do Mundo Português».

CONCURSO DE ARTIGOS PUBLICADOS NA IMPRESA ESTRANJEIRA SOBRE O SIGNI- FICADO DAS COMEMORAÇÕES DO DUPLO CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO E RESTAU- RAÇÃO DE PORTUGAL

A Comissão Executiva dos Centenários da Fundação e Restauração de Portugal, pela sua Secção de Propaganda e Recepção, abre um concurso destinado a galardoar os melhores artigos jornalísticos sobre o significado das comemorações de 1940, publicados na imprensa estrangeira. A atribuição dos prémios será feita de acôrdo com as bases seguintes:

BASE I — Neste concurso poderão tomar parte todos os escritores estrangeiros com artigos originais publicados em português, francês, inglês, alemão, espanhol ou italiano, em jornais ou revistas do estrangeiro e que tenham por tema as comemorações de 1940 e a sua significação.

BASE II — Serão admitidos ao concurso os artigos publicados até 30 de Abril de 1940.

BASE III — Os concorrentes enviarão ao Secretariado da Propaganda Nacional, em Lisboa, onde funciona a Secção de Propaganda e Recepção, até 31 de Maio de 1940, os seus pedidos de admissão ao concurso, acompanhados de oito exemplares do jornal ou revista em que haja sido publicado o artigo com que concorrem.

BASE IV — O júri terá a seguinte constituição: Três a seis escritores ou jornalistas estrangeiros, em representação das línguas em que hajam sido enviados artigos ao concurso; três escritores ou jornalistas portugueses; todos de reconhecido mérito; e o director da Secção de Propaganda e Recepção que presidirá, apenas votando em caso de empate.

BASE V — Serão atribuídos os seguintes prémios indivisíveis: primeiro, de três mil escudos; segundo, de dois mil escudos; e terceiro, de mil escudos.

BASE VI — O júri, cuja reunião se efectuará em Lisboa dentro dos 90 dias seguintes à data fixada na base III, reserva-se o direito de não conceder qualquer dos prémios, se os trabalhos concorrentes não satisfizerem às exigências dêste concurso ou lhes faltar a indispensável categoria literária.

BASE VII — Estas bases constarão de documento afixado na sede da Comissão Nacional dos Centenários, na Travessa de S. Mamede, 7, 5.º em Lisboa.

Lisboa, 15 de Março de 1939.

UM FOLHETO DE PROPAGANDA DAS COMEMORAÇÕES

Com o título — *Celebrations to commemorate the 8th Centenary of the Foundation of Portugal*, editou a Comissão Nacional dos Centenários, pela sua secção de Propaganda e Recepção, um folheto em língua inglesa sobre o significado histórico das comemorações. Nêle se dá já, nas suas linhas gerais, o programa das festas de 1940. O folheto, que apresenta na capa um sugestivo desenho de Roberto de Araújo, contém ainda valiosas informações sobre as vias de acesso a Portugal e facilidades de acomodação no país, durante o período das celebrações.

SUBSIDIOS ESTATISTICOS RECOLHIDOS EM ITALIA PELO MINISTRO DE PORTUGAL

O ministro de Portugal em Itália, sr. prof. dr. Lobo de Avila Lima, que tem procurado cooperar com a Comissão Nacional dos Centenários, enviou

ao presidente da comissão executiva, sr. dr. Júlio Dantas, diversos subsídios recolhidos em várias cidades e centros de arte italianos. Do elenco remetido fazem parte, além da reprodução de inscrições lapidárias existentes em variados edificios, uma colecção de magnificas reproduções fotográficas dos *castelos portugueses na Abissinia* e cerca de 100 desenhos, crêmos que inteiramente desconhecidos do nosso público, da autoria do grande pintor português Domingos A. de Sequeira.

A colecção, recolhida pela iniciativa daquele diplomata, com a colaboração dos nossos agentes consulares, especialmente dos consules em Florença, Roma, Génova, Livorno e Nápoles, comporta ainda reproduções do padrão e maravilhosas alegorias de Pinturicchio, em Siena, alusivas ao casamento da Infanta D. Leonor com Frederico III; uma série de retratos de vultos portugueses, existentes na «Galleria degli Uffizi», de Florença; uma cópia a côres do famoso mapa (1504), do cartógrafo português Reinell; do claustro do abade Gomes Ferreira e das deliciosas obras picturais de Álvaro Pires de Evora, existentes em Itália.



